

Secretaria Municipal de Saúde - SANTA MARIA
CNPJ: 88.488.366/0001-00
AVENIDA MEDIANEIRA, 355
Telefone: 5539217203 - E-mail: saude@santamaria.rs.gov.br
97060-001 - SANTA MARIA - RS
RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício		
Nome: VÂNIA MARIA FIGHERA OLIVO	Data da Posse:	14/03/2014
Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão		
Nome: VANOIR KOELHER	Data da Posse:	02/08/2013
A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere a RAG?		Sim
Nome: ANNY GUNDEL DESCONZI	Data da Posse:	15/01/13

1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS	Tipo Lei - 3744
CNPJ	12.964.512/0001-57 - Fundo de Saúde
Data	03/01/1994
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?	Sim
Gestor do FMS	VÂNIA MARIA FIGHERA OLIVO
Cargo do Gestor do FMS	Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS	Tipo Lei - 3355
Nome do Presidente do CMS	ROSA MARIA SALAIB WOLFF
Data	19/09/1991
Segmento	usuário
Data da última eleição do Conselho	01/03/2012
Telefone	5539217205
E-mail	cmssmrs@gmail.com

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde	07/2011
-------------------------------------	---------

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao ano do relatório de gestão?	Sim
Vigência do Plano de Saúde	De 2013 a 2017
Situação	Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde	Resolução nº 7 Em 06/06/2013

ARQUIVOS ANEXOS

Documento	
PLANO 2013-2017 PRONTO.pdf	
ata CMS - PMS.PDF	
A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017?	Sim
Situação	Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde	Resolução nº 7 Em 06/06/2013

ARQUIVOS ANEXOS

Documento	
ANEXO 01 PMS.pdf	
ata CMS - PMS.PDF	
A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano do relatório de gestão?	Não

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2014?

Não

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

Não

O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

Não

1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:

CRS 04 SANTA MARIA

O município participa de algum consórcio?

Sim

O município está organizado em regiões intramunicipal?

Não Quantas?

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

Este relatório apresenta dados do ano de 2013, sendo que sua configuração é baseada no modelo de relatório disponibilizado no SARGSUS.

O município de Santa Maria está localizado no Centro do Estado do Rio Grande do Sul, a 292 km de Porto Alegre. Possui uma área geográfica total de 1.774,83 km², dos quais 121 Km² abrigam a sede do município e, 1.653 Km² são área rural, compostas de nove Distritos. Segundo estimativa do DATASUS (2013) o município tem uma população de 263.662 habitantes. Sua localização geográfica, aliada a fatores educacionais, gerou as condições para o município constituir-se como o principal polo assistencial da Macrorregião Centro-Oeste do Estado. A parte urbana da cidade é dividida em oito regiões administrativas, onde está sendo realizado o diagnóstico de redes de serviços de saúde concomitantemente às novas áreas projetadas para expansão de núcleos habitacionais.

As redes de serviços de saúde de Santa Maria distribuem-se em Unidades Básicas de Saúde e Estratégia de Saúde da Família, Serviços Especializados e Complementares, Serviço de Vigilância em Saúde, Pronto Atendimento Municipal Infantil e Adulto, Unidade de Pronto Atendimento - UPA e Hospitais públicos e privados. Essa distribuição compreende: 16 equipes de Estratégias de Saúde da Família, distribuídas em 13 unidades de ESF; 17 Unidades Básicas de Saúde; 04 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 02 álcool e drogas, 01 Infantil e 01 adulto de transtornos; 01 Centro de Especialidades Odontológicas (CEO); 01 centro de Testagem e Aconselhamento (CTA); e centros de especialidades, além de vários serviços de apoio.

Neste ano ocorreu no Município a tragédia do Incêndio da Boate Kiss, o qual vitimou 242 jovens, além de mais de 600 sobreviventes. Destacamos a intervenção e o trabalho coletivo do Ministério da Saúde, do Estado do Rio Grande do Sul, do Município de Santa Maria, Médicos Sem Fronteiras e Cruz Vermelha. Foi assinado um Termo de Compromisso entre os três entes, no qual o município ficou responsável pela Linha de Cuidado da Saúde Mental.

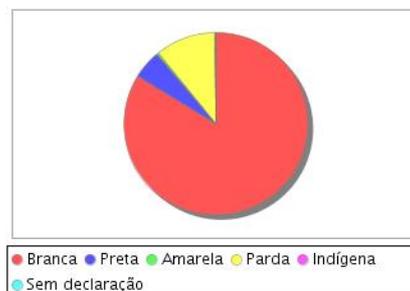
2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2013

273.489

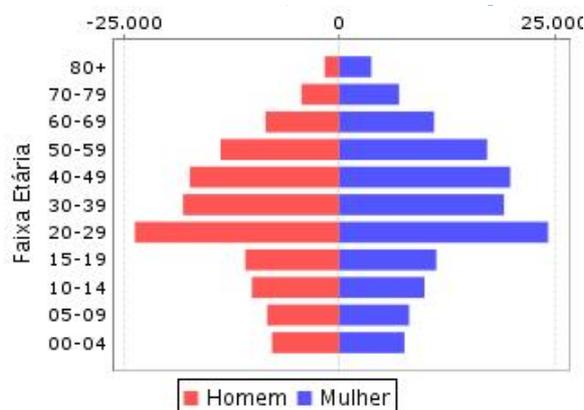
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	263.662	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	218.413	84,43%
Preta	13.521	4,94%
Amarela	718	0,26%
Parda	28.046	10,25%
Indígena	326	0,12%
Sem declaração	7	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	7.810	7.558	15.368
05-09	8.379	8.104	16.483
10-14	10.143	9.890	20.033
15-19	10.908	11.265	22.173
20-29	23.723	24.227	47.950
30-39	18.133	19.108	37.241
40-49	17.354	19.837	37.191
50-59	13.779	17.152	30.931
60-69	8.561	11.000	19.561
70-79	4.392	6.930	11.322
80+	1.701	3.708	5.409
Total	124.883	138.779	263.662



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

Conforme dados IBGE, verifica-se taxa de crescimento populacional principalmente na faixa etária de 20-29 anos, possivelmente por ser uma Cidade pólo Universitária, a qual apresenta acentuada migração de estudantes.

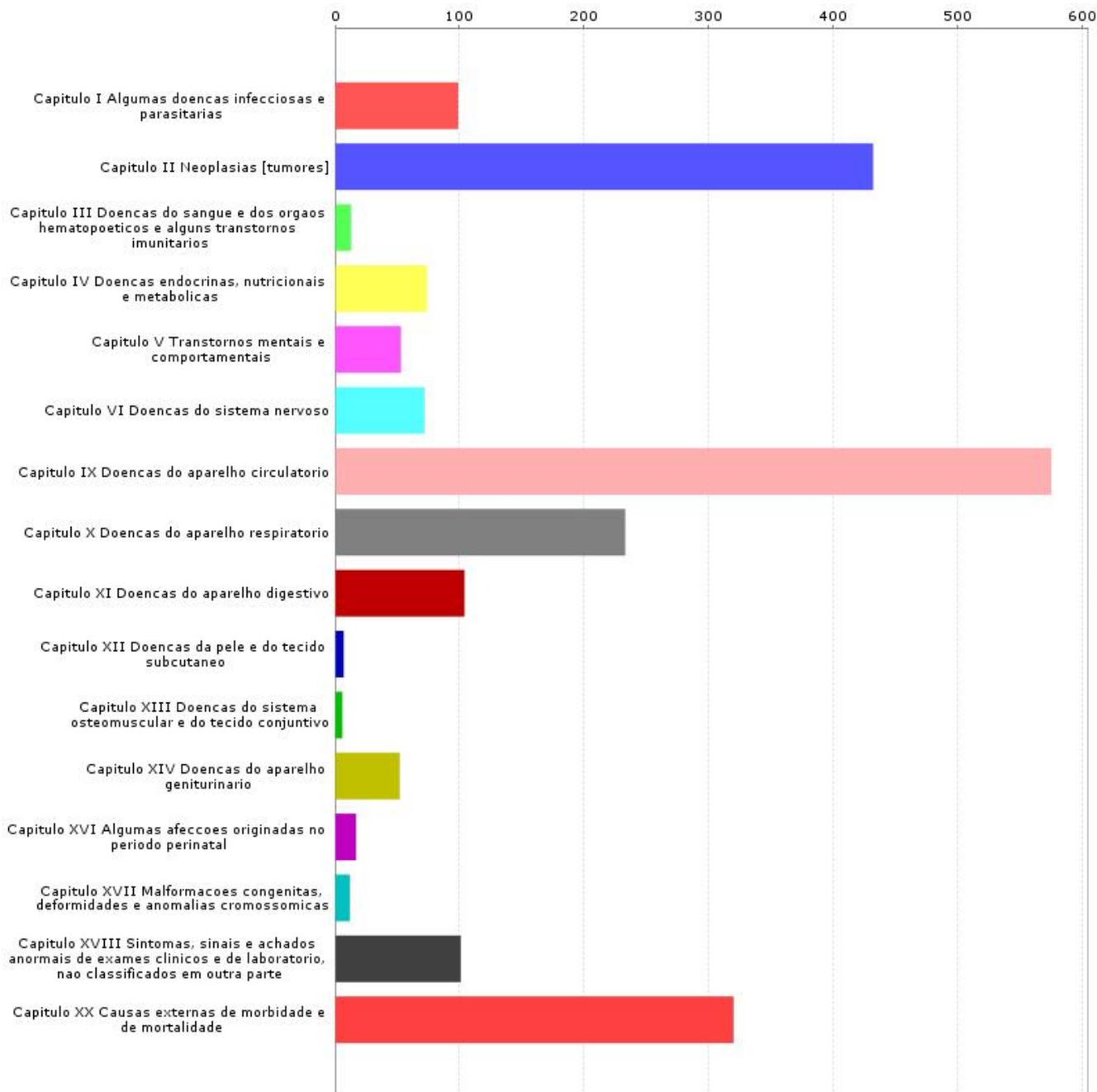
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2013)

Última atualização: 08/01/2015 11:59:58

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2	0	0	0	0	5	20	22	17	8	8
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	0	1	1	0	7	22	87	93	132
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	1	2	0	0	0	0	1	0	2	3	1
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	0	0	0	1	0	0	0	3	8	25	19
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	2	3	8	12	10	4
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	1	0	0	0	0	1	2	5	5	19
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	1	0	1	1	0	19	61	86	137
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	3	2	0	0	0	0	2	8	11	30	53
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	2	2	11	19	22	23
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	0	2	1	3	7	9
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	6	1	0	0	0	1	0	2	1	1	0
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	2	0	0	0	0	1	6	10	6	18	22
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	1	1	2	1	55	139	40	28	20	7	10
Total	32	7	3	3	57	151	84	137	252	316	440

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	17	0	99
Capítulo II Neoplasias [tumores]	89	0	432

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	3	0	13
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	18	0	74
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	14	0	53
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	39	0	72
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	269	0	575
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	124	0	233
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	25	0	104
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	6	0	7
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2	0	6
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	30	0	52
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	17
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	0	12
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	35	1	101
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	16	0	320
Total	687	1	2.170



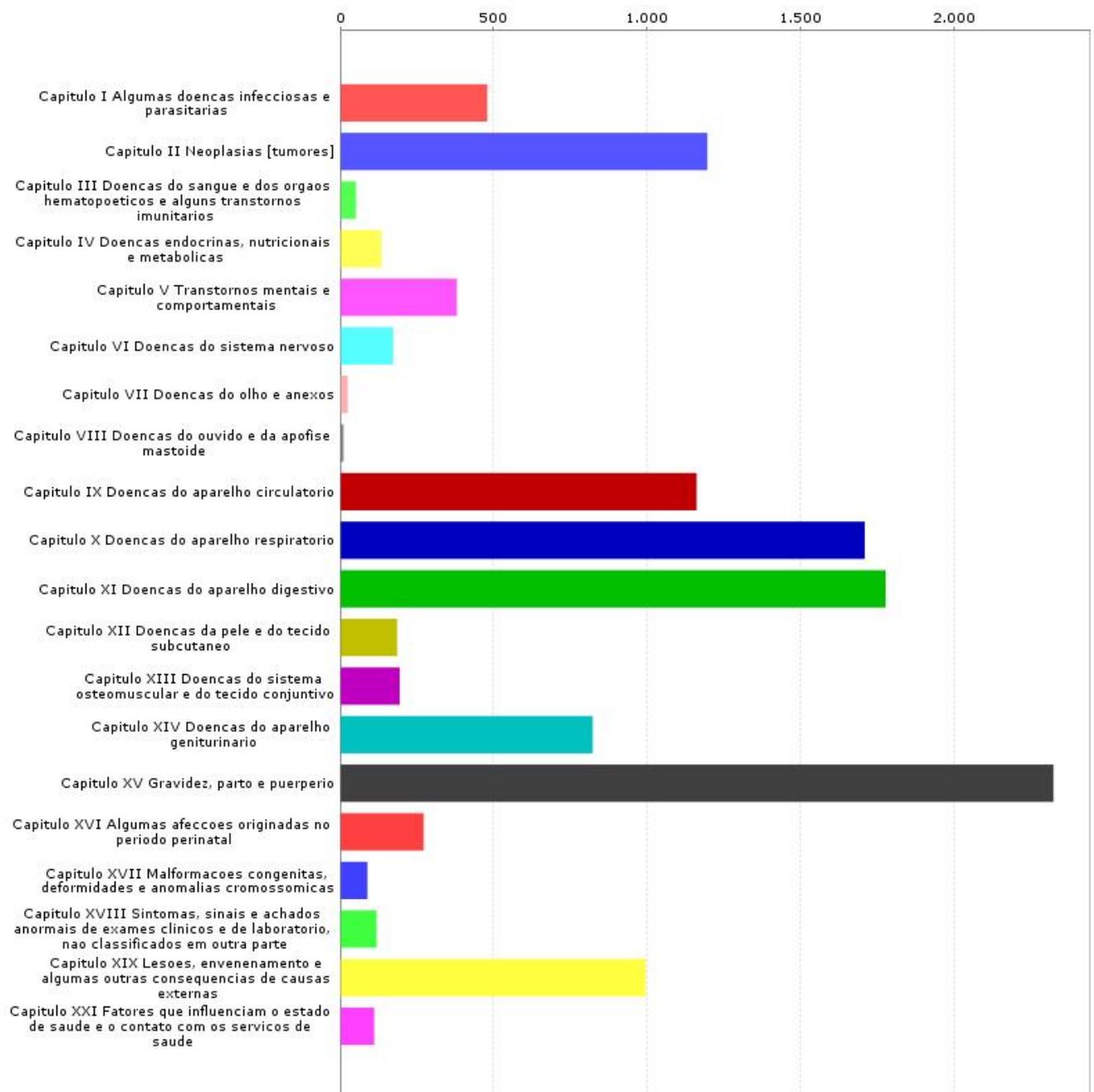
Análise e considerações sobre Mortalidade

O Município de Santa Maria vêm mantendo as doenças do aparelho circulatório como a principal causa de mortalidade há alguns anos, seguindo a tendência do País. Devemos considerar o aumento dos óbitos por causas externas em função do Incidente da Boate Kiss.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2013)

null

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	65	44	40	19	3	34	51	54	43	35	51	40	479
Capítulo II Neoplasias [tumores]	4	25	18	8	23	51	94	187	276	288	171	50	1.195
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	4	13	1	2	3	5	3	3	4	5	3	6	52
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5	4	4	6	1	2	11	23	37	25	13	4	135
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	24	80	97	63	60	51	5	0	0	380
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	11	24	7	4	3	9	11	28	40	18	15	3	173
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	4	0	0	0	0	5	0	3	5	5	3	0	25
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	1	1	2	1	2	1	1	0	0	0	1	1	11
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	4	3	3	2	7	14	69	168	264	268	210	148	1.160
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	371	370	107	37	21	42	37	52	119	133	212	206	1.707
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	28	24	48	33	55	162	250	323	386	263	140	63	1.775
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	8	13	15	14	5	27	14	20	25	20	15	10	186
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	4	9	14	8	19	19	52	30	30	7	2	194
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	9	4	9	16	29	102	129	139	134	115	95	41	822
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	1	0	0	23	429	1.193	590	82	2	1	0	0	2.321
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	258	0	0	0	4	7	3	0	0	0	0	0	272
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	21	19	14	13	4	5	1	5	5	2	0	0	89
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	9	7	7	7	3	9	7	7	24	17	16	6	119
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	4	32	29	38	67	236	161	151	107	73	60	36	994
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	4	6	4	1	1	10	38	17	10	13	6	1	111
Total	811	593	317	262	748	2.030	1.552	1.374	1.562	1.316	1.018	617	12.200



Análise e considerações sobre Mortalidade

Mantem-se como principal causa de morbidade hospitalar a gravidez, parto e puerpério.

3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	1	0	1	0
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	4	0	3	1
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA	33	8	0	25
CLÍNICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	5	0	3	2
CONSULTÓRIO ISOLADO	1	0	1	0
HOSPITAL GERAL	3	0	1	2
POLICLÍNICA	2	0	1	1
POSTO DE SAÚDE	2	2	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	3	0	0	3
SECRETARIA DE SAÚDE	2	1	0	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNÓSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	24	0	22	2
UNIDADE MÓVEL DE NÍVEL PRE-HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	4	0	0	4
Total	84	11	32	41



3.2. ESFERA ADMINISTRATIVA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
PRIVADA	30	0	26	4
FEDERAL	1	0	0	1
ESTADUAL	3	0	2	1
MUNICIPAL	50	11	4	35
Total	84	11	32	41

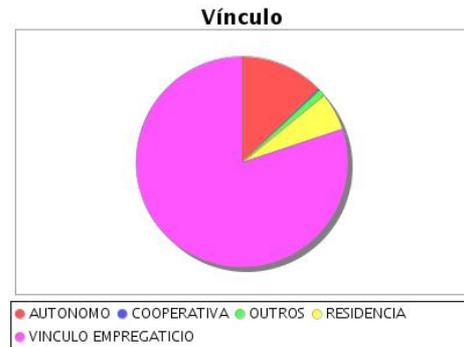
Justificativa de Dupla Gestão

A dupla gestão identifica a qual gestor (Estadual, Municipal ou Dupla) o estabelecimento tem contrato/convênio e que é responsável pelo cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados SUS. Os serviços municipais que estão em dupla gestão executam procedimentos que são financiados e orçados pelo Estado.

Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

Informamos que os cadastros dos prestadores e serviços estão sendo atualizados e revisados a partir dos contratos. O monitoramento está sendo estabelecido para qualificação dos fluxos e avaliação do financiamento. Os contratos com os prestadores de média e alta complexidade são de responsabilidade da gestão estadual.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	69
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	210
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	17
SEM TIPO	35
TOTAL	331
COOPERATIVA	
TIPO	TOTAL
SEM TIPO	6
TOTAL	6
OUTROS	
TIPO	TOTAL
BOLSA	8
CONTRATO VERBAL/INFORMAL	7
PROPRIETARIO	12
TOTAL	27
RESIDENCIA	
TIPO	TOTAL
SEM TIPO	149
TOTAL	149
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSONADO	2
CELETISTA	203
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	155
EMPREGO PUBLICO	221
ESTATUTARIO	1346
SEM TIPO	141
TOTAL	2068



Análise e Considerações Profissionais SUS

Em função do incidente da Boate Kiss o Município teve que realizar processo seletivo simplificado para a contratação de profissionais para prestar atendimento às pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo incêndio, do ponto de vista psicossocial a partir da concepção de clínica ampliada e de ações de apoio matricial no território. Este serviço foi pactuado por Termo de Compromisso, assinado em 22 de fevereiro de 2013 pelas três esferas de governo, e viabilizado pelo EDITAL Nº. 01/2013/SM, para funcionamento por cinco anos.

5. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

1- Diretriz: **GARANTIA DO ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS DE QUALIDADE, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE, MEDIANTE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA E ATENÇÃO ESPECIALIZADA.**

1.1- Objetivo: **UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS QUE PROPICIEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO DA ATENÇÃO BÁSICA**

Indicadores: COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA

5.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONSIDERAÇÕES

Valor programado
0,00

Valor executado
0,00

Análise e Considerações da PAS

No ano de 2013 não foi elaborada Programação Anual de Saúde

6. DIRETRIZ, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DE SAÚDE

Diretriz 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.

Objetivo 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
1	U	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.	0,18	53,80	%
2	U	PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA (ICSAB)	37,35	36,48	%
3	U	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	40,00	40,97	%
4	U	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES BÁSICAS DE SAÚDE BUCAL.	31,94	26,76	%
5	U	MÉDIA DA AÇÃO COLETIVA DE ESCOVAÇÃO DENTAL SUPERVISIONADA	0,80	0,17	%
6	E	PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS	11,00	11,39	%

Objetivo 1.2 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política da atenção especializada.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
7	U	RAZÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE E POPULAÇÃO RESIDENTE	2,00	1,70	/100
8	U	RAZÃO DE INTERNAÇÕES CLÍNICO-CIRÚRGICAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE E POPULAÇÃO RESIDENTE	2,70	1,67	/100
9	E	RAZÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE E POPULAÇÃO RESIDENTE	N/A	0,00	/100
10	E	RAZÃO DE INTERNAÇÕES CLÍNICO-CIRÚRGICAS DE ALTA COMPLEXIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE	N/A	0,00	/1000
11	E	PROPORÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES COM CONTRATO DE METAS FIRMADO.	N/A	0,00	%

Análise e Considerações da Diretriz

O município de Santa Maria vem trabalhando na ampliação do processo de cobertura populacional pelas equipes de atenção básica. Neste ano, recebeu médicos do PROVAB (Programa de valorização da Atenção Básica), o que proporcionou que após muitos anos todas as equipes de ESF do Município estivessem completas. Além disso, está trabalhando para atingir a meta e melhorar o acesso aos procedimentos ambulatoriais de média complexidade e revendo critérios e prioridades de acesso as internações clinico-cirurgica para o ano de 2014.

Diretriz 2 - Aprimoramento da Rede de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção.

Objetivo 2.1 - Implementação da Rede de Atenção às Urgências.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
12	U	NÚMERO DE UNIDADES DE SAÚDE COM SERVIÇO DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E OUTRAS VIOLÊNCIAS IMPLANTADO	26,00	29,00	N.Absoluto
13	E	PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE	N/A	0,00	%
14	E	PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	N/A	0,00	%
15	E	PROPORÇÃO DE ÓBITOS, EM MENORES DE 15 ANOS, NAS UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA (UTI)	N/A	0,00	%
16	E	COBERTURA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192)	N/A	0,00	%

Objetivo 2.2 - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
17	E	PROPORÇÃO DAS INTERNAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGULADAS	N/A	0,00	%

Análise e Considerações da Diretriz

Os profissionais responsáveis por este setor tem buscado articular em rede intersetoriais e interinstitucionais com o intuito de esclarecer e sensibilizar os serviços sobre a importância e a necessidade do uso da ficha de notificação.

Diretriz 3 - Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da "Rede Cegonha", com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Objetivo 3.1 - Fortalecer e ampliar as ações de Prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do Câncer de Mama e do Colo de útero.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
18	U	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,20	0,21	RAZÃO
19	U	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,15	0,12	RAZÃO

Objetivo 3.2 - Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
----	------	-----------	-----------	------------	---------

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
20	U	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL	35,00	33,00	%
21	U	PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRE-NATAL.	72,00	71,17	%
22	U	NÚMERO DE TESTES DE SÍFILIS POR GESTANTE.	0,19	0,19	RAZÃO
23	U	NÚMERO DE OBITOS MATERNS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA.	1,00	0,00	N.Absoluto
24	U	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	42,00	32,00	N.Absoluto
24	U	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	11,00	9,43	/1000
25	U	PROPORÇÃO DE ÓBITOS INFANTIS E FETAIS INVESTIGADOS	98,00	95,00	%
26	U	PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNS INVESTIGADOS	100,00	100,00	%
27	U	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	100,00	100,00	%
28	U	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	30,00	32,00	N.Absoluto

Análise e Considerações da Diretriz

Com relação aos exames citopatológicos e mamografia várias ações tem sido realizadas no sentido de aumentar o número de coletas: mutirão em horários alternativos, principalmente aos sábados proporcionando acesso as mulheres trabalhadoras; reforço no trabalho com os ACS para que sejam multiplicadores junto a comunidade e equipes completas nas ESF.

Comparando com o ano anterior, houve um aumento no número de 7 ou mais consultas de pré-natal no município de 5,53%, sobretudo através das seguintes ações: implantação do teste rápido em todas as UBS; busca ativa de todas as gestantes ao pré-natal; equipes completas de ESF e cursos de capacitação com enfoque na rede cegonha.

Quanto a taxa de mortalidade infantil, a mortalidade neonatal (0 a 27 dias de vida) passou a ser o principal componente da mortalidade infantil em termos proporcionais. No município houve um aumento no óbito pós-neonatal o que representa uma falha na assistência da rede.

Já o numero de óbitos em idade fértil aumentou consideravelmente devido tragédia da Kiss.

Diretriz 5 - Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

Objetivo 5.1 - Melhoria das condições de Saúde do Idoso e Portadores de Doenças Crônicas mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
30	U	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (<70 ANOS) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E	382,63	346,61	/100.000

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
		DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)			
30	U	NÚMERO DE ÓBITOS PREMATUROS (<70 ANOS) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	478,00	433,00	N.Absoluto
Análise e Considerações da Diretriz					
O município está buscando melhorar o monitoramento da saúde da pessoa adulta.					
Diretriz 7 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.					
Objetivo 7.1 - Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.					
Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
35	U	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	95,00	55,55	%
36	U	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR BACILÍFERA	80,00	71,60	%
37	U	PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	100,00	84,03	%
38	U	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	95,00	87,66	%
39	U	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	95,00	98,75	%
40	U	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS.	31,00	0,00	N.Absoluto
41	U	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE EXECUTAM AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS	100,00	85,71	%
42	U	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	2,00	1,00	N.Absoluto
43	E	PROPORÇÃO DE PACIENTES HIV+ COM 1º CD4 INFERIOR A 200CEL/MM3	28,00	0,00	N.Absoluto
44	E	NÚMERO DE TESTES SOROLÓGICOS ANTI-HCV REALIZADOS	N/A	0,00	N.Absoluto

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
45	E	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	100,00	100,00	%
46	E	PROPORÇÃO DE CONTATOS INTRADOMICILIARES DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE EXAMINADOS	100,00	100,00	%
47	E	NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR LEISHMANIOSE VISCERAL	N/A	0,00	N.Absoluto
48	E	PROPORÇÃO DE CÃES VACINADOS NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIRRÁBICA CANINA	N/A	0,00	%
49	E	PROPORÇÃO DE ESCOLARES EXAMINADOS PARA O TRACOMA NOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS	N/A	0,00	%
51	E	NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE	N/A	0,00	N.Absoluto
52	E	PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE	100,00	72,48	%

Objetivo 7.2 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais com ênfase no Programa de aceleração do crescimento.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
53	U	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	80,00	118,96	%

Análise e Considerações da Diretriz

Para melhorar o indicador de cobertura vacinal, o município planeja para 2014 ampliar o número de salas de vacinas e o horário de atendimento.
Com relação a cura de casos novos de tuberculose o município busca alternativas para melhorar o acesso e busca ativa dos usuários, em decorrência da dificuldade de adesão desses, por ser um tratamento longo.
O município desenvolve um trabalho na Vigilância em Saúde, em parceria com as instituições de ensino pelo Programa de Educação para o Trabalho (PET-Saúde), no sentido de qualificar o preenchimento das D.O.
Além disso, foram realizadas capacitações com os profissionais da rede para qualificar a notificação de doenças compulsórias.
O Setor de vigilância ambiental tem buscado intensificar as ações de controle da dengue.
A Vigilância Sanitária tem trabalhado intensamente para que a água disponibilizada aos usuários seja de boa qualidade.

Diretriz 8 - Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Objetivo 8.1 - Ampliar a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica - HORUS como estratégia de qualificação da gestão da assistência farmacêutica no SUS.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
54	E	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM O SISTEMA HORUS IMPLANTADO, OU ENVIANDO O CONJUNTO DE DADOS POR MEIO DO SERVIÇO WEBSERVICE	N/A	0,00	%

Objetivo 8.2 - Qualificar os serviços de Assistência Farmacêutica nos municípios com população em extrema pobreza..

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
55	E	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS DA EXTREMA POBREZA COM FARMÁCIAS DA ATENÇÃO BÁSICA E CENTRAIS DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO ESTRUTURADOS	N/A	0,00	%

Objetivo 8.3 - Fortalecer a assistência farmacêutica por meio da inspeção nas linhas de fabricação de medicamentos, que inclui todas as operações envolvidas no preparo de determinado medicamento desde a aquisição de materiais, produção, controle de qualidade, liberação, estocagem, expedição de produtos terminados e os controles relacionados, instalações físicas e equipamentos, procedimentos, sistema da garantia da qualidade.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
56	E	PERCENTUAL DE INDÚSTRIAS DE MEDICAMENTOS INSPECIONADAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NO ANO	N/A	0,00	%

Análise e Considerações da Diretriz

Não se aplica.

Diretriz 11 - Contribuição à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Objetivo 11.1 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
57	E	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS	70,00	0,00	%
58	E	PROPORÇÃO DE NOVOS E/OU AMPLIAÇÃO DE PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA DE MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE E DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO BÁSICA/SAÚDE DA FAMÍLIA/SAÚDE COLETIVA	20,00	0,00	%
59	E	PROPORÇÃO DE NOVOS E/OU AMPLIAÇÃO DE PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM PSIQUIATRIA E MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL	1,45	0,00	%
60	E	NÚMERO DE PONTOS DO TELESSAÚDE BRASIL REDES IMPLANTADOS	N/A	0,00	N.Absoluto

Objetivo 11.2 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS. Desprecarizar o trabalho em saúde nos serviços do SUS da esfera pública na Região de Saúde.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
61	U	PROPORÇÃO DE TRABALHADORES QUE ATENDEM AO SUS, NA ESFERA PÚBLICA, COM VÍNCULOS PROTEGIDOS	100,00	100,00	%

Objetivo 11.3 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS. Estabelecer espaços de negociação permanente entre trabalhadores e gestores da saúde na Região de Saúde.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
----	------	-----------	-----------	------------	---------

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
62	E	NÚMERO DE MESAS OU ESPAÇOS FORMAIS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO SUS, IMPLANTADOS E/OU MANTIDOS EM FUNCIONAMENTO	N/A	0,00	N.Absoluto

Análise e Considerações da Diretriz

Neste ano, não houve articulação entre o município e a Regional no sentido de trabalhar e conhecer as ações propostas para o município no plano regional de educação permanente, o que inviabilizou o cálculo do indicador. Ressalta-se que para 2014, tem-se uma proposta de ampliação de recursos humanos para fortalecer o Núcleo de educação permanente do município.

Além disso, em 2013 não houve ampliação e criação de novos programas de residência.

Conforme o setor responsável nesta secretária, todos os profissionais possuem vínculo protegido.

Diretriz 12 - Implementação de novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Objetivo 12.1 - Fortalecer os vínculos do cidadão, conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, educadores populares com o SUS.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
63	U	PROPORÇÃO DE PLANO DE SAÚDE ENVIADO AO CONSELHO DE SAÚDE	1,00	1,00	N.Absoluto
64	U	PROPORÇÃO DE CONSELHOS DE SAÚDE CADASTRADOS NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DOS CONSELHOS DE SAÚDE - SIACS	1,00	1,00	N.Absoluto

Análise e Considerações da Diretriz

O plano de saúde foi enviado ao Conselho de Saúde do município, que esta cadastrado no SIACS.

Diretriz 13 - Qualificação de instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Objetivo 13.1 - Qualificação de instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Nº	Tipo	Indicador	Meta 2013	Resultados	Unidade
65	E	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM OUVIDORIAS IMPLANTADAS	N/A	0,00	N.Absoluto
66	E	COMPONENTE DO SNA ESTRUTURADO	N/A	0,00	N.Absoluto
67	E	PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE	N/A	0,00	N.Absoluto

Análise e Considerações da Diretriz

Não se aplica ao município.

Avaliação Geral das Diretrizes

O Município teve um ano extremamente atípico, principalmente em função do incidente da Boate Kiss, fato este mobilizou todos os esforços desta Secretaria na tentativa de oferecer atenção à população envolvida direta ou indiretamente. Além disto, tivemos 4 Secretário de Saúde no decorrer deste ano o que, infelizmente, contribuiu para a fragmentação dos processos.

7. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

7.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 09/12/2014 16:10:16

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	1.890.346,09	40.913.776,95	42.804.123,04	43.251.237,85	43.086.973,18	43.086.973,18	42.106.976,62	40.485.865,00	1.423.568,64	2.181.364,79	1.454.942,57
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	0,00	6.062.978,47	0,00	575.473,17	0,00	6.638.451,64	7.631.195,60	6.467.615,14	6.467.615,14	6.256.871,20	7.160.000,00	0,00	1.384.263,93	1.765.844,37
Vigilância em Saúde	1.184.389,28	0,00	0,00	70.452,16	0,00	1.254.841,44	2.216.807,47	891.509,47	891.509,47	884.709,47	2.780.000,00	2.909,60	770.363,63	1.137.586,00
Atenção Básica	8.788.831,75	683.850,00	0,00	122.770,94	0,00	9.595.452,69	11.195.265,70	10.315.448,17	10.315.448,17	10.292.516,41	9.461.000,00	160.980,57	1.516.263,23	658.218,94
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	5.445.035,00	1.001.636,63	0,00	220.269,46	0,00	6.666.941,09	6.792.554,22	5.637.453,95	5.637.453,95	5.636.232,76	5.165.000,00	14.587,69	2.165.286,99	3.181.407,63
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	112.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.300,00
Assistência Farmacêutica	1.277.430,13	1.292.396,13	0,00	48.258,41	0,00	2.618.084,67	2.964.377,90	2.757.080,58	2.757.080,58	2.747.882,94	1.930.000,00	14.769,80	231.257,73	86.689,66
Gestão do SUS	591.250,00	0,00	0,00	102.992,69	0,00	694.242,69	747.171,01	738.732,29	738.732,29	738.732,29	0,00	45.524,00	2.109.624,98	2.019.611,38
Convênios	90.000,00	0,00	0,00	24.497,01	0,00	114.497,01	417.902,29	187.128,64	187.128,64	187.128,64	0,00	16.499,78	537.960,73	448.829,32
Prestação de Serviços de Saúde	6.596.999,52	0,00	0,00	101.739,17	0,00	6.698.738,69	7.265.645,57	6.724.908,97	6.724.908,97	6.393.479,17	6.700.000,00	61.392,37	942.148,63	1.186.015,78
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	4.844.375,00	0,00	0,00	34.868,47	0,00	4.879.243,47	4.780.000,00	4.616.227,79	4.616.227,79	4.616.227,79	3.800.000,00	592,48	65.755,84	328.179,04
CEO- Centro Espec. Odontológica	121.000,00	131.636,63	0,00	16.672,00	0,00	269.308,63	329.214,22	224.683,46	224.683,46	224.149,03	235.000,00	0,00	109.079,77	154.239,37
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	119.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.340,00	119.340,00	119.340,00	119.340,00	119.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	19.967,58	0,00	19.967,58	110.000,00	109.600,00	109.600,00	109.600,00	0,00	45.524,00	362.681,37	227.524,95
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	5.986.996,75	0,00	0,00	49.000,63	0,00	6.035.997,38	6.090.000,00	5.971.086,16	5.971.086,16	5.965.800,31	6.360.000,00	48.197,72	42.421,36	64.420,71
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	2.801.835,00	683.850,00	0,00	73.770,31	0,00	3.559.455,31	5.105.265,70	4.344.362,01	4.344.362,01	4.326.716,10	3.101.000,00	112.782,85	1.473.841,87	593.798,23
Saúde da Família	1.252.680,00	561.050,00	0,00	39.816,20	0,00	1.853.546,20	3.159.316,20	2.702.484,28	2.702.484,28	2.684.838,37	1.650.000,00	89.082,85	1.069.441,59	149.066,57
Agentes Comunitários de Saúde	1.290.355,00	98.800,00	0,00	18.442,80	0,00	1.407.597,80	1.534.176,95	1.254.112,25	1.254.112,25	1.254.112,25	1.330.000,00	11.700,00	282.627,73	424.413,28
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	258.800,00	0,00	0,00	15.071,48	0,00	273.871,48	411.772,55	387.765,48	387.765,48	387.765,48	85.000,00	0,00	121.772,55	7.878,55
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	844.703,21	0,00	0,00	24.515,22	0,00	869.218,43	1.336.807,47	815.033,89	815.033,89	808.233,89	2.500.000,00	0,00	284.164,76	345.149,30
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	1.257.430,13	1.292.396,13	0,00	43.193,93	0,00	2.593.020,19	2.814.377,90	2.629.565,21	2.629.565,21	2.620.861,42	1.930.000,00	297,72	78.005,50	49.866,55
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	24.000,00	0,00	439,83	0,00	24.439,83	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	12.000,00	0,00	12.439,83
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	5.445.035,00	1.001.636,63	0,00	220.269,46	0,00	6.666.941,09	6.773.554,22	5.637.453,95	5.637.453,95	5.636.232,76	5.135.000,00	14.587,69	2.165.286,99	3.181.407,63
Teto financeiro	320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	339.686,07	0,00	0,00	45.936,94	0,00	385.623,01	880.000,00	76.475,58	76.475,58	76.475,58	280.000,00	2.909,60	486.198,87	792.436,70
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	20.000,00	0,00	0,00	5.064,48	0,00	25.064,48	150.000,00	127.515,37	127.515,37	127.021,52	0,00	14.472,08	153.252,23	36.823,11
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	360.000,00	870.000,00	0,00	168.728,99	0,00	1.398.728,99	1.545.000,00	677.202,70	677.202,70	676.515,94	1.100.000,00	13.995,21	1.990.451,38	2.698.669,22

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

As demonstrações foram elaboradas com os empenhos líquidos no período analisado. As análises são feitas através das origens dos recursos dos entes federativos, federal, estadual e municipal, através das suas receitas, rendimentos e despesas.

Além destas demonstrações, são elaborados diversos relatórios para entender as informações gerenciais da Secretaria de Saúde.

As metas no período foram parcialmente atendidas, ficando demonstrado que deverão ser tomadas medidas e decisões, através de um plano de aplicação geral, para os recursos em superavit.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
09/12/2014 16:
09:52

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	24,95%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	47,99%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	16,63%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	72,71%

Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	28,42%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	55,97%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	55,51%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$280,84
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	57,67%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	4,28%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	11,50%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,62%
SUBFUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	0,00%
SUBFUNÇÕES VINCULADAS	100,00%
Atenção Básica	100,00%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00%
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00%
Vigilância Sanitária	0,00%
Vigilância Epidemiológica	0,00%
Alimentação e Nutrição	0,00%
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	0,00%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	43,13%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	15,81%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

O demonstrativo orçamentário está de acordo com a previsão, tanto quanto a receita e as despesas. O índices alcançados estão satisfatórios, dentro das metas previstas para o exercício em questão.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	104.590.700,00	110.590.700,00	117.929.971,11	106,63
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.753.500,00	22.753.500,00	22.726.886,81	99,88
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	16.091.900,00	16.091.900,00	14.101.314,21	87,62
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	43.271.000,00	43.271.000,00	44.188.376,44	102,12
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	14.292.800,00	14.292.800,00	16.716.639,03	116,95
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	531.500,00	531.500,00	764.736,35	143,88
Dívida Ativa dos Impostos	5.315.000,00	11.315.000,00	16.788.581,05	148,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.335.000,00	2.335.000,00	2.643.437,22	148,37
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	147.515.000,00	147.515.000,00	146.637.914,85	99,40
Cota-Parte FPM	54.320.000,00	54.320.000,00	48.697.016,21	89,64
Cota-Parte ITR	452.000,00	452.000,00	498.887,72	110,37
Cota-Parte IPVA	28.800.000,00	28.800.000,00	27.394.679,32	95,12
Cota-Parte ICMS	62.185.000,00	62.185.000,00	68.500.495,52	110,15
Cota-Parte IPI-Exportação	1.176.000,00	1.176.000,00	990.469,06	84,22
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	582.000,00	582.000,00	556.367,02	95,59
Desoneração ICMS (LC 87/96)	582.000,00	582.000,00	556.367,02	95,59
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	252.105.700,00	258.105.700,00	264.567.885,96	102,50

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	18.374.000,00	32.885.838,84	34.054.873,69	103,55
Provenientes da União	15.377.500,00	24.272.466,67	24.086.235,68	99,23
Provenientes dos Estados	2.571.780,00	8.172.453,60	9.040.861,23	110,63
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	424.720,00	440.918,57	927.776,78	210,41
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	18.374.000,00	32.885.838,84	34.054.873,69	103,55

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	55.785.298,56	79.748.671,68	75.559.174,77	0,00	94,75
Pessoal e Encargos Sociais	36.046.854,87	44.908.009,10	44.294.727,62	0,00	98,63
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	19.738.443,69	34.840.662,58	31.264.447,15	0,00	89,74

DESPESAS DE CAPITAL	2.687.056,44	2.733.485,93	1.247.675,62	0,00	45,64
Investimentos	2.687.056,44	2.733.485,93	1.247.675,62	0,00	45,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	58.472.355,00	82.482.157,61		76.806.850,39	93,12

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	0,00	34.976.775,50	0,00	45,54	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	0,00	34.976.775,50	0,00	45,54	
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	N/A	0,00		34.976.775,50	45,54	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g))-V(h+i)]			""	0,00	""	82.482.157,61

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(H+I) /	15,81
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL $[VI(h+i)-(15*IIIb)/100]$	2.144.892,00
--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	58.342.355,00	82.481.851,05	76.806.543,83	0,00	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	30.000,00	306,56	306,56	0,00	0,00
TOTAL	58.472.355,00	82.482.157,61		76.806.850,39	100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

O demonstrativo orçamentário está de acordo com a previsão, tanto quanto a receita e despesas. Os índices alcançados estão satisfatórios, dentro das metas previstas para o exercício em questão.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

SANTA MARIA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

SANTA MARIA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 2013 foi marcado pela tragédia do Incêndio da Boate Kiss, o qual vitimou 242 jovens. Neste sentido, os trabalhadores da SMS articularam-se com outros atores da Prefeitura, Estado, Ministério da Saúde e colaboradores para oferecer cuidado aos sobreviventes e familiares. Segue em anexo os relatórios dos grupos de Trabalho da Atenção Básica e Redes, Atenção Psicossocial e Força nacional do SUS.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

A programação anual será realizada em 2014.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
Relatorio 34 - FNSUS - 17.02.2013 as 18h.doc	Resoluções do Conselho de Saúde
ata CMS - PMS.PDF	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde referente ao ano do RAG
PLANO 2013-2017 PRONTO.pdf	Plano de Saúde referente ao Ano do RAG
ANEXO 01 PMS.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
ata CMS - PMS.PDF	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
RELATÓRIO GT ABR.doc	Resoluções do Conselho de Saúde
Boletim da SM 30.01.13.docx	Resoluções do Conselho de Saúde

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em			
Enviado para Câmara de Vereadores em			

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	
Enviado ao Tribunal de contas a que está	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	
Status da Apreciação	
Resolução da Apreciação	Data

SANTA MARIA - RS, ____ de _____ de ____.